



PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

**ANEXO IV.A**  
**REQUISITOS GERAIS AMBIENTAIS E SOCIAIS E DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO**  
**AMBIENTAL**

## SUMÁRIO

<b>PARTE I – REQUISITOS AMBIENTAIS E SOCIAIS GERAIS .....</b>	<b>3</b>
1. INTRODUÇÃO .....	3
2. PD1: AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS .....	3
3. PD2: Condições de Trabalho e Emprego .....	6
4. PD3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição .....	8
5. PD4: Saúde e Segurança da Comunidade .....	10
6. PD5: Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário .....	13
7. PD6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos .....	15
8. PD7: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais .....	16
9. PD8: Patrimônio Cultural .....	16
<b>PARTE II – DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....</b>	<b>18</b>
10. APRESENTAÇÃO .....	18
11. DIRETRIZES GERAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....	18
12. COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....	20
13. PROCEDIMENTOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS E DAS INTERVENÇÕES .....	21
14. AUTORIZAÇÕES PARA ÁREAS DE APOIO .....	23
15. AUTORIZAÇÕES PARA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO (ASV) E INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) .....	24
16. AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA SILVESTRE NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO .....	25
17. OUTORGAS PARA USO E/OU INTERFERÊNCIA EM RECURSOS HÍDRICOS .....	25
18. AUTORIZAÇÕES PARA INTERFERÊNCIA COM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	26
19. AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES A NÍVEL FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL .....	26
20. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO EM BENS TOMBADOS E ÁREAS ENVOLTÓRIAS .....	28
21. MANIFESTAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS .....	29
22. DIRETRIZES DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL .....	30

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

## **PARTE I – REQUISITOS AMBIENTAIS E SOCIAIS GERAIS**

### **1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá projetar, construir, operar e manter a CONCESSÃO, de acordo com: (i) os requisitos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis; (ii) os PADRÕES DE DESEMPENHO; e (iii) com as Diretrizes Gerais de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo do Banco Mundial (GBM)/IFC (“Diretrizes GBM/IFC”), e Diretrizes Específicas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do GBM/IFC para projetos de ferrovias (ambas elaboradas em abril de 2007 e disponíveis em <https://www.ifc.org/en/insights-reports/2000/general-environmental-health-and-safety-guidelines>), conforme aplicáveis. Os requisitos ambientais e sociais aplicáveis da IFC e GBM são aqui referidos como os "Requisitos AS da IFC".

1.1.1. Nos casos de sobreposição entre os requisitos, serão aplicáveis os mais restritivos.

- 1.2. Os estudos ambientais e sociais requeridos devem ser conduzidos por profissionais das áreas de Saúde e Segurança, Meio Ambiente e Social (SSMAS) competentes, com experiência relevante na realização de avaliações de impacto para projetos semelhantes e com experiência adequada na aplicação dos Requisitos AS da IFC, conforme o APENSO 2.

### **2. PD1: AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS**

- 2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar Estudo(s) de Avaliação de Impacto Ambiental e Social – (ESIA) para o escopo cabível da CONCESSÃO, o qual deverá ser: (i) preparado por uma empresa de consultoria especializada em SSMAS, com experiência relevante no setor metroferroviário e preferencialmente experiência no ESTADO, bem como experiência relevante na aplicação dos Requisitos AS da IFC; e (ii) revisado e validado pelo AUDITOR INDEPENDENTE antes do início qualquer atividade relacionada à construção, manutenção e operação.

2.1.1. O(s) Estudo(s) de Avaliação de Impacto Ambiental e Social deverá(ão) incluir uma avaliação de riscos, com base na identificação de perigos associados ao setor e ao contexto socioambiental da área de influência das ferrovias, de forma a embasar o Programa de Gestão de Preparo e Resposta a Emergências com base nos requisitos do PD1 e do PD4.

2.1.2. A APROVAÇÃO pelo AUDITOR INDEPENDENTE deverá ser obtida em até 80 (cento e oitenta) dias para LINHA 10, e em até 360 (trezentos e sessenta) dias para LINHA 14, ambos contados da data de início da FASE PRÉ-OPERACIONAL..

2.1.3. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar uma comparação entre o escopo do Estudo de Impacto Ambiental e Social apresentado no APENSO 2 e os Estudos de Impacto Ambiental que devem ser elaborados no âmbito do processo de licenciamento ambiental. No caso de ser identificada uma ou mais discrepâncias entre os dois

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

escopos e não for possível incluir escopo adicional no estudo para o licenciamento ambiental, um ou mais estudos complementares podem ser preparados conforme a necessidade para fechar todas as diferenças entre os respectivos estudos para atender a todos os Requisitos AS da IFC.

- 2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, Meio Ambiente e Social - SGSSAS de acordo com (i) os requisitos estabelecidos no PD1 e na legislação brasileira; (ii) a avaliação apresentada no ESIA; e (iii) os planos e programas de gestão a serem elaborados de acordo com os TdRs detalhados no APENSO 2.
  - 2.2.1. Deverá ser elaborado um SGSSAS preliminar em até 60 dias da DATA DE EFICÁCIA para orientar a fase de contratação. O SGSSAS preliminar deve se concentrar na política abrangente, na capacidade organizacional, e nos procedimentos de RH, nos requisitos mínimos ambientais e sociais para contratação/subcontratação, no envolvimento das partes interessadas e no mecanismo de reclamação para as fases iniciais do projeto, e na estratégia para concluir o desenvolvimento de o SGSSAS.
  - 2.2.2. O SGSSAS deverá ser elaborado em até 360 (trezentos e sessenta) dias do início da DATA DE EFICÁCIA. A partir deste marco, caberá à CONCESSIONÁRIA implementar e manter o SGSSAS atualizado.
  - 2.2.3. O SGSSAS deverá gerir os riscos e impactos ambientais e sociais da CONCESSÃO ao longo de todas as suas fases, de forma estruturada e contínua.
  - 2.2.4. O SGSSAS será proporcional ao nível de riscos e impactos da CONCESSÃO e projetado para gerenciar os riscos e impactos relacionados ao SSMAS de forma estruturada e sistemática.
- 2.3. O SGSSAS pode ser um sistema autônomo ou integrado a demais sistemas de gestão da CONCESSIONÁRIA, desde que estejam incluídos os elementos abaixo:
  - i. Política socioambiental abrangente que indicará quem, dentro da organização da CONCESSIONÁRIA, garantirá seu cumprimento e será responsável por sua execução.
  - ii. Plano para desenvolvimento da capacidade organizacional e competência da CONCESSIONÁRIA para implementar, manter e, se necessário, reforçar o SGSSAS, incluindo a definição de funções e responsabilidades relevantes da equipe técnica com competências e conhecimentos adequados que atendam plenamente aos PADRÕES DE DESEMPENHO.
  - iii. Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS, constituído por Programas de Gestão, incluindo medidas e ações de prevenção, mitigação, melhoria e monitoramento de

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

desempenho, que contemplem os riscos e impactos de SSMS decorrentes de todas as atividades da CONCESSIONÁRIA, identificados no ESIA e em processo de revisão contínua. Os programas devem estar alinhados com a legislação brasileira aplicável e os Requisitos AS da IFC relevantes. Os Programas de Gestão serão documentados combinando procedimentos operacionais, práticas, planos e documentos comprobatórios relevantes, cobrindo todos os riscos e impactos de SSMS relacionados às atividades da CONCESSIONÁRIA. O PGAS deverá incluir um cronograma para preparação e implementação dos diversos Programas de Gestão, a estar preparado e aprovado pelo AUDITOR INDEPENDENTE em até 360 (trezentos e sessenta) dias do início da DATA DE EFICÁCIA.

- iv. Como parte dos Programas de Gestão que compõem o PGAS, deverá ser elaborado um Programa de Gestão para empresas contratadas e subcontratadas, de forma a orientar: (a) a atribuição de responsabilidades entre CONCESSIONÁRIA, contratadas e subcontratadas; (b) a inclusão de requisitos ambientais e sociais relevantes nos respectivos – em particular, as disposições de cada PADRÃO DE DESEMPENHO relevante para as condições de emprego e de trabalho, a obrigação de cumprir o Código de Conduta da CONCESSIONÁRIA, os requisitos para desenvolver, implementar e manter planos e procedimentos de gestão ambientais e sociais alinhados aos elaborados pela CONCESSIONÁRIA e adaptados às atividades específicas desenvolvidas pelo contratado/subcontratado; (c) a verificação das credenciais de ambientais e sociais da equipe responsável; (d) a supervisão e o monitoramento do cumprimento das condições contratuais ambientais e sociais e a implementação de ações corretivas, quando aplicáveis.
- v. PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS - PEPI, consistente com os requisitos do PD1 e adaptado às características e interesses das Comunidades Afetadas, e Mecanismo de Queixas e Reclamações (MQR) abrangente, consolidando as iniciativas existentes e preenchendo eventuais lacunas com o PD1 relacionadas ao SGSSAS inicialmente elaborado, conforme TdRs apresentados no APENSO 2.

2.4. A CONCESSIONÁRIA elaborará e implementará o PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA (PAE), que deverá incluir medidas de prevenção e resposta a desastres naturais, incluindo um sistema de alerta precoce para fenômenos hidrometeorológicos que possam colocar em risco usuários (precipitações elevadas e riscos geológicos), e ações de resposta e contingenciamento para estações existentes e planejadas, pátios de manutenção, subestações e cabines seccionadoras. O plano incluirá disposições para atualizações contínuas, bem como exercícios de evacuação, pelo menos, anualmente para testar a eficácia e treinamento.

- 2.4.1. O PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA deverá incluir os requisitos de segurança contra incêndio e meios de saída solicitados pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e Normas Internacionais da NFPA (“*National Fire Protection Association*”).

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- 2.5. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e/ou verificar alinhamento dos Planos de Atendimento a Emergências (PAE) existentes com os PD 1 e 4 da IFC e com a legislação brasileira, indicando recomendações necessárias para endereçamento de lacunas. O PAE deve identificar e levar em consideração as Comunidades Potencialmente Afetadas pelos cenários de emergência levantados.
- 2.6. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implementar um sistema de gestão da cadeia de suprimentos, como mínimo: (i) política de compras; (ii) Código de Conduta do fornecedor que aborde o trabalho infantil, o trabalho forçado e questões de segurança significativas, em linha com o PD2; (iii) cláusulas contratuais em contratos comerciais com fornecedores, exigindo o cumprimento do Código de Conduta do fornecedor; (iv) processo de verificação para garantir que os novos fornecedores tenham as políticas e procedimentos em vigor para atender aos requisitos do Código de Conduta do fornecedor; (v) estratégia de comunicação para informar os fornecedores sobre o Código de Conduta; e (vi) processo formal para engajamento, efeitos de incumprimento ou desengajamento de fornecedores, em caso de não conformidades que não sejam corrigidas.
- 2.7. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS, nos termos da Clausula 51 do CONTRATO, de modo a mapear todos os riscos que podem impactar as operações das linhas planejadas e existentes, bem como riscos para a comunidade que possam vir a ser exacerbados em resultado de intervenções da CONCESSIONÁRIA e, propor medidas preventivas de curto, médio e longo prazo, identificando alternativas técnicas e de engenharia para evitar ou minimizar impactos decorrentes de EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS e garantir a adequada operação dos SISTEMAS e LINHAS e a segurança e adequada prestação dos SERVIÇOS aos USUÁRIOS.

**3. PD2: Condições de Trabalho e Emprego**

- 3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá respeitar as convenções coletivas de trabalho, a legislação nacional e os requisitos do PD2 ao longo de todas as fases da CONCESSÃO. Para trabalhadores que não estejam abrangidos por acordos de negociação coletiva, os termos e condições de emprego, bem como os benefícios de todos os trabalhadores em posições semelhantes, devem ser substancialmente equivalentes.
- 3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá engendrar esforços razoáveis para contratar trabalhadores que eventualmente tenham sido objeto de demissão coletiva devido à CONCESSÃO, desde que tenham as habilidades e qualificações aderentes às posições disponíveis. Os esforços da CONCESSIONÁRIA deverão ser documentados, para fins de avaliação pela ARTESP.
- 3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e obter aprovação do AUDITOR INDEPENDENTE em até 60 (sessenta) dias do início da DATA DE EFICÁCIA e, a partir daí, implementar e manter atualizados:

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- i. Políticas e procedimentos de Recursos Humanos (RH) consistentes com os requisitos da legislação brasileira e do PD2. Essas políticas devem: (i) promover condições de emprego e de trabalho justas, seguras e saudáveis; (ii) promover a igualdade de oportunidades e a não discriminação de todos os trabalhadores (diretos e indiretos); (iii) salvaguardas contra o emprego de crianças de qualquer forma que seja economicamente exploradora e/ou considerada perigosa e/ou que interfira na educação da criança; (iv) salvaguardas contra o trabalho forçado e/ou resultante do tráfico de pessoas; (v) salvaguardas contra todas as formas de violência e assédio com base no gênero (VABG), considerando trabalhadores e comunidades afetadas; (vi) reconhecer o direito dos trabalhadores a filiar-se em sindicatos da sua escolha, ou a negociar coletivamente, sem retaliações para os trabalhadores envolvidos; e (vii) Código de Conduta para todos os trabalhadores (incluindo de forças de segurança), que deverá incluir requisitos para evitar abuso, exploração e assédio sexual baseada no gênero e violência contra crianças e gerir relacionamento com as comunidades.
- ii. Políticas e procedimentos para gerenciar e monitorar o desempenho de empresas subcontratadas (em todos os segmentos e adaptados à fase da CONCESSÃO) de acordo com a legislação nacional trabalhista e os requisitos do PD2, incluindo, na medida do possível, cláusulas específicas nos contratos celebrados com estes empregadores terceirizados, incluindo a disponibilização de acomodações, áreas de repouso, refeitório/cafeteria e instalações sanitárias, em boas condições de higiene, conforme diretrizes da IFC. Os procedimentos devem abranger inspeções e auditorias às condições de trabalho e alojamento e condições gerais de saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores terceirizados.
- iii. Mecanismo de Reclamação dos Trabalhadores, acessível a todos os trabalhadores (diretos e indiretos), de forma a identificar preocupações, reclamações e todos os tipos de queixas relacionadas ao trabalho, incluindo VABG.
  - a. O Registro de ocorrências, em casos de VABG, deverá seguir protocolo determinado pela ARTESP.
  - b. O Mecanismo deve envolver um nível adequado de gestão e tratar preocupações e reclamações em tempo hábil, usando um processo compreensível e transparente que forneça respostas adequadas aos interessados, e deve estar disponível para trabalhadores diretos e terceirizados.
  - c. No caso das queixas de VABG, estas devem ser tratadas com uma abordagem centrada na/o sobrevivente e utilizando mecanismos apropriados e confidenciais, e deve incluir procedimentos para apoiar adequadamente

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

a/os sobreviventes em sua reintegração. Este Mecanismo deve ser gerenciado por um pessoal experiente treinado para lidar com os casos.

- d. O Mecanismo deve permitir que denúncias anônimas sejam levantadas e tratadas e não impedir o acesso a outros recursos judiciais ou administrativos que possam estar disponíveis nos termos da lei ou por meio de procedimentos arbitrais existentes, ou substituir os mecanismos de reclamação previstos por meio de acordos coletivos.
- iv. Estabelecer, como parte do SGSASS exigido no PD1, uma abordagem sistemática para o gerenciamento de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) em linha com os Requisitos AS da IFC e a legislação brasileira aplicável, incluindo as Normas Regulamentadoras (NRs). A componente SST deve incluir, mas não se limitar a: (i) política de SST abrangente aplicável a funcionários e contratados; (ii) procedimentos para avaliação e identificação de perigos e riscos de SST; (iii) matrizes de risco de SST; (iv) procedimentos de gestão de SST adaptados à natureza dos perigos e riscos identificados, que assegurem que todos os trabalhadores (incluindo subcontratados e de terceiros) têm equipamento individual de proteção adequado e apropriado; (v) Requisitos de treinamento em SST para empregados e contratados, programas de controle e monitoramento de saúde ocupacional; (vi) procedimentos de investigação de incidentes; (vii) protocolos de resposta a emergências; (viii) inspeções e auditorias de SST; (ix) acompanhamento e monitoramento de ações corretivas e preventivas; (x) indicadores de SST e apresentação de relatório.
- v. Deverá ser desenvolvido um plano de desmobilização para os trabalhadores da construção, incluindo a comunicação adequada e oportuna do fim da fase de construção.

#### **4. PD3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição**

- 4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e obter aprovação do AUDITOR INDEPENDENTE, em até 360 (trezentos e sessenta) dias do início da DATA DE EFICÁCIA e, a partir daí, implementar e manter atualizados durante toda a FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, como parte do SGSSAS, Planos de Gestão Ambiental (PGAs) e procedimentos específicos consistentes com Requisitos AS da IFC, abrangendo os itens indicados, mas não limitado a:
  - i. Estratégia de eficiência de recursos para implementar gradualmente medidas técnica e financeiramente viáveis para melhorar a eficiência no consumo de energia, água e insumos materiais no planejamento, construção e operação de estações, pátios de manutenção, subestações, cabines seccionadoras e estacionamentos;



**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- ii. Gestão das emissões diretas de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Escopo 1 e 2 de acordo com metodologias reconhecidas internacionalmente e Boas Práticas Internacionais da Indústria (BPII);
  - iii. Gerenciamento e monitoramento de efluentes líquidos industriais e sanitários;
  - iv. Segregação entre água pluvial e efluentes;
  - v. Controle e monitoramento de escoamento superficial e erosão, incluindo a execução de estudos geotécnicos prévios aos trabalhos de engenharia;
  - vi. Gestão de solo e águas subterrâneas contaminadas;
  - vii. Gestão de resíduos perigosos (como por exemplo amianto) e não perigosos, incluindo ações para evitar a atração de fauna sinantrópica e proliferação de vetores de doenças;
  - viii. Gerenciamento de ruídos e vibrações ambientais, incluindo estudo para identificação e mapeamento de Potenciais Receptores Críticos (PRCs) em alinhamento com a IPAR / CETESB e diretrizes de Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial para ferrovias, estudo pré-construção de edificações e estruturas vizinhas para identificar risco de dano relacionado a ruídos e vibrações resultando das obras;
  - ix. Gestão das emissões atmosféricas e qualidade do ar;
  - x. Gerenciamento e transporte de materiais e produtos perigosos, incluindo armazenamento e manuseio de combustível para locomotivas e fluidos de equipamentos elétricos; e
  - xi. Manejo e controle integrados da vegetação – este PGA deve incluir disposições conformes com o PD3 no caso de serem utilizados herbicidas para a limpeza e/ou manutenção da faixa operacional.
- 4.2. Caso aplicável, deve ser elaborado e implementado um Plano de Manejo de Pesticidas, afirmando que os pesticidas utilizados no controle de pragas, insetos e animais peçonhentos não incluirão aqueles classificados como Classe de Perigo IA (extremamente perigoso) ou IB (altamente perigoso) pela Classificação Recomendada de Pesticidas da OMS. Os pesticidas da classe II (moderadamente perigosos) só podem ser utilizados se estiverem em vigor disposições adequadas em matéria de saúde e segurança.
- 4.3. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o levantamento de todas áreas contaminadas na área operacional da linha 10, assim como aquelas que podem ser impactadas pelas obras civis planejadas para o Projeto e justificar a necessidade de escavação do solo em áreas

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

contaminadas e o rebaixamento do nível do lençol freático (bombeamento da água subterrânea).

- 4.3.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver um plano para gerenciar as áreas com contaminação pré-existente relacionada as atividades da linha 10 cumprindo todas as etapas do processo de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, estabelecidas pela Decisão de Diretoria nº 38 /2017 da CETESB.
- 4.3.2. Quando intervenções em áreas contaminadas forem necessárias, a CONCESSIONÁRIA deverá garantir que todas as etapas do processo de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, estabelecidas pela Decisão de Diretoria nº 38 /2017 da CETESB sejam desenvolvidas.
- 4.4. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer um inventário de amianto para identificar materiais contendo amianto (como telhados, materiais de isolamento) e preparar o registo de amianto, seguido da preparação de plano de gerenciamento de amianto e, quando for determinado que é friável ou que o potencial de perturbação é alto, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar a remoção do material com amianto garantindo o descarte adequado como resíduo perigoso, em conformidade com a legislação vigente, normas ABNT e as diretrizes de Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial para Material Contendo Amianto. O processo de identificação de materiais contendo amianto deve implicar a realização de uma amostragem global para determinar a quantidade de amianto (%) e o tipo de amianto.
- 4.5.
  - 4.5.1. Foram identificados 16 indícios de presença de material friável com amianto por meio de vistorias técnicas realizadas em junho de 2024.
  - 4.5.2. A relação completa e resumo quantitativo de pontos em que foram identificados indícios de presença de amianto é apresentada no Anexo IV.B – Mapeamento de Passivos Ambientais e Sociais.
- 4.6. Caso sejam identificados níveis de ruídos acima dos permitidos para áreas com PRCs identificados, deverão ser desenvolvidos planos de monitoramento e mitigação, em cumprimento com a legislação local e os Requisitos AS da IFC.
- 5. **PD4: Saúde e Segurança da Comunidade**
  - 5.1. Durante a fase de planejamento do Projeto, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar um estudo de alternativas locacionais e ajustes no projeto de engenharia visando evitar e minimizar, sempre que viável e factível, riscos e impactos à saúde e segurança da comunidade e a potenciais interferências no acesso ou na manutenção dos serviços prestados por equipamentos públicos e privados.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

5.2. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver Planos de Gerenciamento de Saúde e Segurança da Comunidade, destinados às FASE PRÉ-OPERACIONAL e FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, inclusive para a execução dos EMPREENDIMENTOS, considerando no mínimo o seguinte:

5.2.1. Especial atenção a potenciais riscos e impactos adversos na comunidade relacionados com (i) movimentação de veículos e maquinaria associada à obra, especialmente em áreas densamente povoadas e/ou com grande circulação de pedestres (como na proximidade de escola, unidades de saúde e áreas comerciais); (ii) potencial interferência no acesso e/ou funcionamento de equipamentos sociais e áreas de lazer; (iii) acesso a zona de obra e locais de armazenagem de substâncias perigosas; (iv) emissões atmosféricas e ruído (especialmente junto a receptores sensíveis como escolas e unidades de saúde); (v) trabalhadores envolvidos nas obra (como doenças transmissíveis, assédio, violência baseada no gênero e racismo); e (vi) presença de forças de segurança patrimonial.

5.2.1.1. Os Planos de Gerenciamento de Saúde e Segurança da Comunidade deverão ser elaborados e aprovados pelo AUDITOR INDEPENDENTE em até 180 (cento e oitenta) dias do início da execução de cada um dos EMPREENDIMENTOS, conforme CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO elaborado pela CONCESSIONÁRIA.

5.2.1.2. Uma vez elaborados, os Planos de Gerenciamento de Saúde e Segurança da Comunidade deverão ser permanentemente atualizados.

5.2.2. Deverão ser considerados riscos e impactos na comunidade durante a fase de construções relacionados com (i) impacto no trânsito local, particularmente em horários de pico; (ii) ruído e vibrações (com potenciais riscos para a saúde pública e danos em estruturas lindeiras); (iii) presença de trabalhadores (possíveis agentes de transmissão de doenças e violência baseada no gênero); (iv) presença de forças de segurança patrimonial; (v) acúmulo de resíduos que promovam a proliferação de vetores de doença (eg. Acúmulo de água) e atração de fauna sinantrópica.

5.2.3. Deverão ser considerados riscos e impactos na comunidade durante a fase de operações relacionados com (i) circulação ferroviária tanto para passageiros, como para a comunidade da área envolvente; (ii) travessias da linha (rodoviária e/ou pedonal), na travessia de pedestres em passagens subterrâneas ou superiores; (iii) descarrilamento para utentes e populações residindo na área de servidão ou em áreas adjacentes; (iv) ruído e vibrações (com potenciais riscos para a saúde pública e danos em estruturas lindeiras); (v) presença de trabalhadores (possíveis agentes de transmissão de doenças e violência baseada no gênero); (vi) presença de forças de segurança patrimonial; (vii) invasão da faixa operacional (linhas existentes); e (viii)

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

acúmulo de resíduos que promovam a proliferação de vetores de doença (eg. Acúmulo de água) e atração de fauna sinantrópica.

5.2.3.1. O Plano de Gerenciamento de Saúde e Segurança da Comunidade referente à FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL deverá ser elaborado e aprovado pelo AUDITOR INDEPENDENTE antes do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, devendo ser atualizado paulatinamente à OPERAÇÃO COMERCIAL da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA.

- 5.3. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver uma Política de Gestão de Segurança Patrimonial e Pessoal orientada por princípios de proporcionalidade e boa prática internacional, como os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos. Deverá elaborar e obter aprovação do AUDITOR INDEPENDENTE, em até 360 (trezentos e sessenta) dias do início da DATA DE EFICÁCIA, uma Avaliação dos Riscos de Segurança e um Plano de Gestão de Segurança, para as fases de construção e operação, a serem atualizados paulatinamente à OPERAÇÃO COMERCIAL da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA. A avaliação de riscos deve avaliar os riscos representados pelos arranjos de segurança previstos e avaliar os riscos de segurança dos trabalhadores e usuários. Cada plano de gestão da segurança deve conter: (i) os objetivos de gestão da segurança e as partes interessadas específicas; (ii) os riscos internos e externos identificados na avaliação; (iii) as disposições de segurança internas e externas; (iv) a triagem de pessoal de segurança quanto às implicações em ocorrências passadas (verificação de antecedentes criminais); (v) a formação no uso da força e conduta adequada (em especial no caso de uso de arma); (vi) a coordenação entre a CONCESSIONÁRIA e a polícia local; (vii) a investigação e comunicação de incidentes; e (viii) os padrões de desempenho para a adequada gestão de segurança. Implementar o Plano de Gestão de Segurança, estabelecendo procedimentos claros e transparentes para o uso da força (em especial segurança armada). Manter alta transparência sobre as políticas de segurança, incluindo a divulgação de informações sobre o uso da força, incidentes de segurança e investigações de abuso, garantindo que haja responsabilização pelos atos cometidos. a ser aplicado tanto a pessoal de segurança da concessionária, como de empresas de segurança contratadas.
- 5.4. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implementar Avaliação e Gerenciamento de Risco de Violência e Assédio Baseado em Gênero, incluindo campanhas de sensibilização para trabalhadores (diretos e indiretos) e comunidade e disseminação dos mecanismos específicos de reclamação, baseados em abordagem centrada no sobrevivente e utilizando mecanismos apropriados e confidenciais e geridos por pessoal treinado para receber registrar, investigar e gerir incidentes de VABG de forma segura e confidencial.
- 5.5. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implementar PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA, em linha com PD1 e PD4 e legislação brasileira, incluindo os requisitos de segurança contra incêndio e meios de saída solicitados pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e Normas Internacionais da NFPA ("*National Fire Protection Association*").

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

- 5.5.1. Os planos de remodelação/construção de estações com ocupação superior a 1.000 pessoas (a qualquer momento), e/ou com plataformas de comprimento superior a 300 m, devem considerar modelagem de fumaça e evacuação (especificamente modelagem computacional de dinâmica de fluidos). O modelo deve aplicar os princípios do Guia de Engenharia SFPE (“Society of Fire Protection Engineers”) para Análise e Projeto de Edifícios de Proteção contra Incêndios Baseados no Desempenho: <https://www.sfpe.org/publications/resources/pbdguide>.
- 5.5.2. Além da conformidade legal, a construção/remodelação de estações deverá obedecer às seguintes boas práticas internacionais: NFPA 101, Código de Segurança de Vida (2024) <https://www.nfpa.org/product/nfpa-101-code/p0101code>; e Norma NFPA 130 para sistemas fixos de trânsito e trilhos de passageiros <https://www.nfpa.org/codes-and-standards/1/3/0/nfpa-130>.
- 5.5.3. Caso alguma instalação não possua Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) válido, deverá ser sinalizado pela CONCESSIONÁRIA. A CONCESSIONÁRIA será obrigada a manter os AVCBs existentes e garantir que AVCBs para novas instalações sejam obtidos de acordo com o prazo estipulado por legislação aplicável.
- 5.6. A CONCESSIONÁRIA deverá incluir indicadores de desempenho específicos para monitorar a manutenção e inspeções pontuais de equipamentos críticos de segurança como parte do SGSSAS, e deverá reportar periodicamente, à ARTESP, o resultado da avaliação executada.
- 6. PD5: Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário**
- 6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá avaliar, como parte dos estudos e projetos de engenharia dos EMPREENDIMENTOS, alternativas para evitar e/ou minimizar deslocamento físico/econômico, e implementá-las dentro do possível.
- 6.2. No primeiro ano a CONCESSIONÁRIA deverá preparar o Plano Geral de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PG-DOTSR), nos termos do Apenso 4, levando em consideração atualizações no projeto e cronograma de obras, em linha com o PD5, a ser aprovado pela ARTESP, com apoio do AUDITOR INDEPENDENTE.
- 6.3. Anualmente, a Concessionária desenvolverá e implementará Plano Específico de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PE-DOTSR) (correspondente ao Plano de Ação de Reassentamento e Plano de Restauração de Meios de Subsistência), de acordo com os Termos de Referência (TdRs) constantes do Apenso 4 e orientações do PG-DOTSR aprovado para os locais a serem liberados no ano seguinte, a ser aprovado pelo AUDITOR INDEPENDENTE. O RAP/LRP deverá incluir disposições para preencher as lacunas existentes entre o PD5 e a regulamentação local e mitigações para todos os usuários

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

atuais das terras adquiridas/que ainda serão adquiridas, que serão compensados em conformidade com o PD5.

6.4. O PG-DOTSR e o PE-DOTSR deverão considerar os seguintes princípios-chave do PD5:

- 6.4.1. Priorização dos acordos negociados, evitando a utilização de autoridade governamental para impor a realocação, mesmo que a CONCESSIONÁRIA disponha de meios legais para adquirir terras sem o consentimento do vendedor.
- 6.4.2. A ausência de direitos legais relativos à terra e/ou benfeitoria não impede que as pessoas deslocadas em posse pacífica sejam compensadas ou se beneficiem de formas alternativas de assistência. Serão elegíveis a diferentes tipos de compensação (i) pessoas afetadas com posse formal de terra e dos bens afetados; (ii) pessoas afetadas que apesar de não terem posse formal tenham direitos reconhecidos (como usucapião); (iii) pessoas afetadas que não tenham posse legal nem direitos reconhecidos ao imóvel que ocupam ou usam, limitada a indenização, nesse caso, às benfeitorias feitas no imóvel.
- 6.4.3. A compensação por perda de bens é realizada a custo de substituição integral, sem depreciação ou dedução para qualquer fim e incluindo custos de transação.
- 6.4.4. No caso de atribuição de casa de substituição, é garantida a propriedade, que oferece ao residente proteção contra despejo.
- 6.4.5. Deslocamentos econômicos (formais e informais) deverão ser compensados por lucro cessante e os respectivos trabalhadores compensados por perdas de salários, garantida a assistência na transição.
- 6.4.6. Será dada especial atenção às necessidades dos mais pobres, de grupos ou indivíduos desfavorecidos vulneráveis através de assistência à realocação e recuperação (ou melhoria) de modos de vida.
- 6.4.7. Não serão realizados despejos forçados, salvo se forem feitos de acordo com os requisitos legais e os requisitos do PD5, incluindo medidas descritas na Nota de Orientação 55 do PD5 (PD5 NO55).

6.5. A CONCESSIONÁRIA deverá garantir que as pessoas afetadas pela aquisição de terras e reassentamento (incluindo mulheres e indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis e pessoas afetadas por aquisição de terras e reassentamento passados ou em curso associados à CONCESSÃO) tenham acesso a um Mecanismo de Queixas e Reclamações (MQR) consistente com o PD1, que permita receber e abordar de forma oportuna, preocupações específicas acerca da indenização e a realocação manifestadas por pessoas deslocadas ou membros das

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

comunidades anfitriãs, contando inclusive, com um mecanismo de recurso projetado para resolver controvérsias de forma imparcial.

6.5.1. Serão elegíveis para assistência eventuais reclamações relacionadas com reassentamentos passados (apresentadas através do MQR), em que após avaliação da situação se confirme que subsistem impactos residuais adversos resultantes do reassentamento. A assistência será determinada numa avaliação caso a caso, em função da significância do impacto e da atual situação de vulnerabilidade.

6.6. A CONCESSIONÁRIA deverá engendrar esforços razoáveis, observando-se o procedimento previsto no art. 10-A do Decreto-Lei nº 3.365/1941, para somente imitir-se na posse dos imóveis e bens correlatos depois de realizada a compensação e demais subsídios e assistências relacionados com o processo de deslocamento estabelecidos no PAR (como, por exemplo, assistência para a mudança e subsídios para período de transição) às comunidades e às pessoas deslocadas, com confirmação pelo AUDITOR INDEPENDENTE.

6.7. O AUDITOR INDEPENDENTE poderá atuar como mediador, na hipótese prevista no art. 10-B do Decreto-Lei nº 3.365/1941, caso feita essa opção pelo particular.

6.7.1. Na hipótese desse item, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá levar em conta na mediação a necessidade de implementação das compensações e assistências previstas nos PE-DOTSR, a fim de que as pessoas afetadas pela aquisição e reassentamento sejam capazes de restabelecer suas condições de vida e restaurar seus meios de subsistência.

**7. PD6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos**

7.1. A abordagem relacionada à biodiversidade será conduzida no âmbito do ESIA, com base no escopo definido no APENSO 2, junto ao estudo de habitat crítico e, caso confirmado impacto residual sobre este último, respectivo Plano de Gestão de Biodiversidade, em linha com o PD6.

7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar as seguintes atividades específicas para garantir alinhamento ao PD6:

- i. Atualizar as linhas de base para biodiversidade e serviços ecossistêmicos e avaliar impactos;
- ii. Identificar áreas de Habitat Natural com caracterização *in situ* e avaliar potencial presença de Habitats Críticos;
- iii. Identificar melhorias no traçado de trechos *greenfield* (planejados) para evitar, na medida possível, áreas sensíveis e minimizar os impactos;

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

iv. Realizar cálculo de perdas e ganhos para estimar impactos residuais.

7.3. Desenvolver um Plano de Monitoramento e Avaliação da Biodiversidade, que deverá definir uma abordagem de gestão adaptativa e requisitos de monitoramento para confirmar a eficácia das compensações e abordar incertezas identificadas durante o planejamento/desenho/implementação da compensação. Implementar monitoramento e relatórios regulares e aplicar ações corretivas conforme necessário.

**8. PD7: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais**

8.1. A CONCESSIONÁRIA deverá atender à legislação vigente relativa a povos indígenas e comunidades tradicionais e aos requisitos do PD7.

8.2. No âmbito do ESIA, conforme APENSO 2, a CONCESSIONÁRIA deverá verificar se na áreas de influência da CONCESSÃO existem comunidades qualificadas como povos indígenas pelo PD7, ainda que não formalmente reconhecidas, garantindo a inclusão deste tema nos estudos de avaliação de impacto e a realização de consultas às entidades responsáveis, se aplicável.

8.3. A realidade mapeada nos estudos elaborados deverá ser periodicamente monitorada e, caso seja alterada, atualizada no PEPI e SGSSAS da CONCESSÃO.

8.4. Para alinhamento com o PD7, a CONCESSIONÁRIA deverá:

- i. Avaliar, no âmbito do ESIA, se o projeto poderá ocasionar interferências em territórios de Povos Indígenas e comunidades quilombolas, e avaliar a aplicabilidade do PD7.
- ii. Caso o ESIA identifique a aplicabilidade do PD7, a CONCESSIONÁRIA deverá se envolver com os órgãos competentes (Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Palmares e/ou INCRA) para realizar Consulta e Participação Informada (ICP) e, se os impactos adversos forem inevitáveis, minimizar/restaurar/compensar esses impactos com medidas definidas em um plano com prazo determinado (Plano de Povos Indígenas), em linha com a legislação nacional e o Anexo A da Nota de Orientação 7 da IFC. Se aplicável, a CONCESSIONÁRIA deverá se envolver com os órgãos competentes para implementar um processo de engajamento para obtenção do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) alinhado com o PD7, antes do início dos trabalhos nas áreas que acionam o CLPI.

**9. PD8: Patrimônio Cultural**

9.1. A CONCESSIONÁRIA deverá atender à legislação vigente de proteção ao patrimônio cultural e aos requisitos do PD8, devendo evitar e minimizar riscos e impactos adversos sobre o patrimônio



**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

cultural e implementar medidas alinhadas ao PD8.

- 9.2. No âmbito do ESIA, conforme APENSO 2, será dada continuidade a (i) mapeamento do patrimônio cultural existente na área de influência da CONCESSÃO, quer seja ou não legalmente protegido ou previamente afetado; (ii) avaliação de potenciais riscos e impactos adversos resultantes da CONCESSÃO; (iii) definição de medidas de mitigação de impactos adversos e medidas de valorização do patrimônio cultural (como as estações tombadas ou com valor histórico e as intervenções artísticas existentes), as quais serão implementadas em articulação com os órgãos governamentais responsáveis pelo patrimônio cultural (IPHAN, CONDEPHAAT e instituições municipais intervenientes), bem como em consulta com partes interessadas e afetadas.
- 9.3. No caso de implementação de investimentos de contingência, a CONCESSIONÁRIA deverá identificar alternativas de projeto para evitar ou minimizar impactos adversos no patrimônio cultural protegido.
- 9.4. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e incluir no SGAS um Procedimento de Descobertas Aleatórias alinhado com o PD8 e legislação nacional, que deverá implementar em áreas identificadas no ESIA como com potencial de encontrar patrimônio cultural, seja durante a construção ou durante a operação, como forma de evitar impactos adversos. Este procedimento deverá prever a informação às autoridades competentes (Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Palmares e/ou INCRA no caso de descobertas associadas com povos indígenas ou quilombolas.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

**PARTE II – DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

**10. APRESENTAÇÃO**

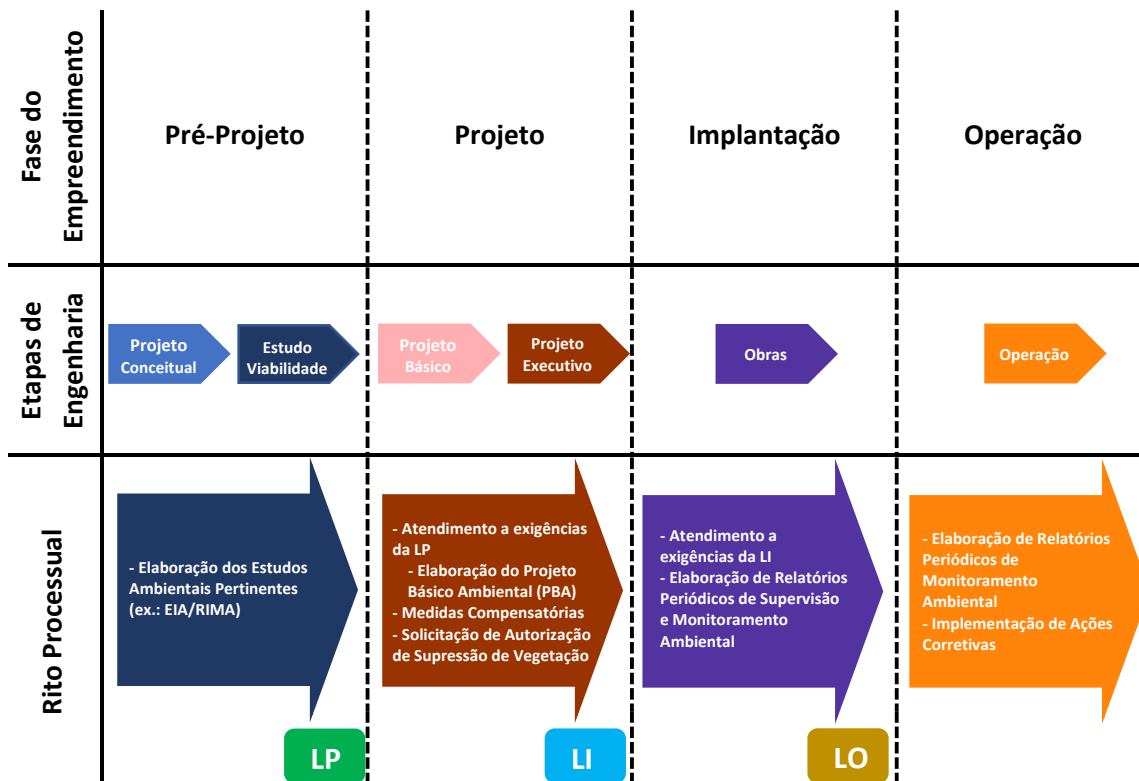
- 10.1. Esta seção tem por objetivo apresentar as diretrizes de licenciamento ambiental para a expansão das LINHAS, nos termos do CONTRATO, incluindo a identificação dos órgãos envolvidos.
- 10.2. Este anexo apresenta, mas não esgota, as diretrizes e ações necessárias aos processos de licenciamento ambiental e de obtenção de autorizações ou anuências complementares, devendo a CONCESSIONÁRIA considerar a legislação ambiental vigente e exigências dos órgãos envolvidos.
- 10.3. Os termos definidos constantes deste ANEXO terão o significado a eles atribuído no ANEXO VII.

**11. DIRETRIZES GERAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

- 11.1. O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente. O processo de licenciamento ambiental compreende, genericamente, três fases distintas, quais sejam: LP, LI e LO, como estabelecido nas Resoluções CONAMA nº 01/1986 e nº 237/1997.
- 11.2. De maneira a ilustrar o funcionamento geral do processo de licenciamento ambiental, na Figura 1, a seguir, é apresentado o fluxo genérico de um processo e as atividades associadas.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

Figura 1 - Fluxograma do processo de Licenciamento Ambiental



11.3. Além da obtenção da LP, da LI e da LO, de acordo com as especificidades do empreendimento, um processo de licenciamento ambiental pode demandar a necessidade de consultas prévias, manifestações técnicas, autorizações ou anuências complementares dos demais órgãos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, conforme listado a seguir:

- Licenças e autorizações para áreas de apoio às obras (canteiros, instalações industriais provisórias, áreas de disposição de materiais excedentes, empréstimos e outras);
- ASV e autorização para intervenção em APP;
- Outorga para uso e/ou interferências em Recursos Hídricos;
- Autorização para interferência em UC ou em suas zonas de amortecimento, e outras áreas protegidas;
- Autorizações dos órgãos de patrimônio histórico, artístico e cultural;
- Autorização para intervenção em Bens Tombados e áreas envoltórias;

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

- vii. Alvará para intervenção em Área de Proteção de Mananciais; e
- viii. Manifestações de Prefeituras Municipais.

## **12. COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

- 12.1. A Resolução CONAMA nº 237/1997 e adicionalmente a Lei Complementar nº 140/2011, determinam que o licenciamento ambiental pode ser processado na esfera federal, estadual ou municipal, a depender principalmente do porte do empreendimento e da abrangência geográfica da sua área de influência.
- 12.2. No ESTADO, o Sistema Ambiental Paulista é responsável pela gestão ambiental no território do estado de São Paulo. Esse sistema tem a SEMIL como órgão central (Decreto nº 67.435/2023), bem como é composto por coordenadorias, institutos, fundações e outros órgãos vinculados.
- 12.3. A SEMIL é responsável por analisar e acompanhar as políticas públicas setoriais, bem como articular e coordenar os planos e ações relacionados à área ambiental. Além disso, é responsável por executar as atividades relacionadas à fiscalização ambiental, e promover ações de educação ambiental, normatização, controle, regularização, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais. Por essa razão, grande parte das legislações que regem o licenciamento foi elaborada por essa Secretaria.
- 12.4. Uma das subsecretarias que compõem a SEMIL é a Subsecretaria de Logística e Transporte, responsável pelo planejamento da logística e infraestrutura dos meios de transportes no ESTADO.
- 12.5. O órgão vinculado à SEMIL e que é responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento ambiental é a CETESB.
- 12.6. No caso da CONCESSÃO, o licenciamento ambiental para expansão dos SERVIÇOS previstos deverá ser conduzido no âmbito estadual, junto à CETESB. A legislação permite que a CETESB delegue o futuro licenciamento de intervenções que forem classificadas como de impacto local para a esfera municipal. De acordo com o CONSEMA, todos os municípios atravessados pelos sistemas estariam aptos para realizar o licenciamento ambiental a depender da classificação do impacto, quais sejam: Santo André licencia empreendimentos de até alto impacto; São Paulo, Guarulhos, Mauá licenciam empreendimentos locais de até médio impacto ambiental, enquanto Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e São Bernardo do Campo licenciam apenas empreendimentos locais de baixo impacto ambiental. Já para São Caetano do Sul, foi identificada legislação que indica a possibilidade de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e/ou impacto Ambiental, para obter as licenças ou autorizações de construção ampliação e funcionamento.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

12.7. Ressalta-se que, ao longo da faixa de operação que receberá as obras de intervenção para instalação da expansão das LINHAS, há sistemas ferroviários já existentes, onde atualmente ocorrem as operações ferroviária compartilhadas de transporte de cargas (concessão federal) e de passageiros (concessão estadual).

**13. PROCEDIMENTOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS E DAS INTERVENÇÕES**

13.1. O licenciamento ambiental prévio da expansão das LINHAS deverá ser conduzido na esfera estadual, de acordo com o rito e os procedimentos para o licenciamento ambiental com Avaliação de Impacto praticados pela CETESB, previstos na Resolução SMA Nº 49/2014 e na Decisão de Diretoria da CETESB Nº 153/I/2014.

13.2. Conforme disposto no artigo 1º da Decisão de Diretoria nº 153/I/2014, a avaliação da viabilidade ambiental de um empreendimento deverá ser realizada com subsídio de estudos ambientais, a serem definidos em função do potencial de degradação dos impactos esperados, conforme segue:

- i. Para empreendimentos, obras e atividades considerados de baixo potencial de degradação ambiental, o licenciamento ambiental deverá ser instruído com Estudo Ambiental Simplificado (EAS);
- ii. Para empreendimentos, obras e atividades considerados potencialmente causadores de degradação do meio ambiente o licenciamento ambiental será instruído com Relatório Ambiental Preliminar (RAP); e
- iii. Para empreendimentos, obras e atividades considerados como potencialmente causadores de significativa degradação ambiental o Artigo 5º. da Resolução SMA 49/2014 determina que a solicitação de LP deverá ser instruída por Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

13.3. Dessa forma, tendo em vista que se trata de um empreendimento de grande porte que ultrapassará os limites da faixa de operação em locais específicos (potencialmente implicando em significativos impactos ambientais e sociais a ser avaliados e mitigados), a CONCESSIONÁRIA deverá considerar as diretrizes listadas a seguir para obtenção das licenças ambientais.

13.4. Para a Fase de obtenção da LP, o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado de Parcerias em Investimentos - SPI deverá providenciar o arranjo institucional necessário para permitir o compartilhamento de responsabilidades dos agentes intervenientes, tanto com a CPTM, quanto a futura CONCESSIONÁRIA, no licenciamento ambiental prévio.

13.5. A CETESB definirá se a avaliação de viabilidade ambiental se dará através da elaboração de um

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

EIA/RIMA, ou por meio da elaboração de Relatórios Ambientais Preliminares (RAP), não sendo aplicável a este tipo de projeto o Estudo Ambiental Simplificado (EAS).

13.6. Nos casos ordinários de licenciamento, após a apresentação dos estudos ambientais determinados pelo órgão ambiental (neste caso EIA/RIMA), o órgão analisará os mesmos e, após as complementações necessárias (se houver), emitirá a LP.

13.6.1. De posse da LP, a CONCESSIONÁRIA deverá atender a todas as condicionantes, que incluirá, dentre outros produtos técnicos e obrigações, o detalhamento dos Programas Ambientais em um Plano Básico Ambiental (PBA) para execução dos EMPREENDIMENTOS, detalhando as medidas para prevenção, mitigação, controle ou compensação dos impactos identificados no EIA/RIMA, para fins de obtenção da LI.

13.6.2. Durante a realização das obras, a CONCESSIONÁRIA deverá assumir a implementação dos Programas Ambientais na faixa de operação sob sua responsabilidade, bem como os reportes necessários à CETESB e a manutenção da qualidade socioambiental nas áreas de intervenção.

13.6.3. Para obtenção da LO, ou retificação da LO / LOR existente, a futura CONCESSIONÁRIA deverá elaborar requerimento demonstrando comprovação do atendimento às exigências estabelecidas na LI e nas demais autorizações obtidas (ASV, Autorização para Manejo de Fauna etc.), nos casos dos EMPREENDIMENTOS a seu cargo.

13.7. Nos casos de protocolização de processos de licenciamento ambiental para obras de reconstrução, recapacitação e/ou modernização de trechos e/ou estações já existentes, a CETESB poderá solicitar a elaboração de Relatórios Ambientais Preliminares (RAP) que dão suporte à obtenção de Licenças Prévias (LPs) ou Licenças de Instalação (LIs) associadas às licenças já existentes.

13.7.1. Caso o órgão entenda que o escopo do licenciamento do EMPREENDIMENTO não cobre as obras de reconstrução, recapacitação e/ou modernização previstas, uma nova LP poderá ser requerida mediante a apresentação do RAP e Memorial Descritivo associado.

13.7.1.1. O órgão analisará os documentos protocolados e, após as complementações necessárias (se houver), solicitará o detalhamento aos Programas Ambientais do PBA para execução das atividades, adotando as medidas para prevenção, mitigação, controle ou compensação dos impactos identificados no licenciamento do EMPREENDIMENTO, bem como os reportes necessários à CETESB e a manutenção da qualidade socioambiental nas áreas de intervenção, para fins de obtenção de LI.

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

- 13.7.2. No caso do licenciamento de obras pontuais que considerem estruturas já abarcadas no licenciamento do EMPREENDIMENTO, após a apresentação de documentos como o RAP e Memorial Descritivo associado, o órgão analisará os mesmos e, após as complementações necessárias (se houver), emitirá a LI.
- 13.8. Uma vez obtida a LI e durante a realização das obras, a CONCESSIONÁRIA deverá atender a todas as condicionantes estabelecidas, que incluirá, dentre outros produtos técnicos e obrigações, o atendimento contínuo aos Programas Ambientais do PBA para execução das atividades, adotando as medidas para prevenção, mitigação, controle ou compensação dos impactos identificados no licenciamento do EMPREENDIMENTO, bem como os reportes necessários à CETESB e a manutenção da qualidade socioambiental nas áreas de intervenção, para fins de obtenção da LO.
- 13.9. Para obtenção da LO específica para obras de reconstrução, recapitação e/ou modernização de trechos e/ou estações já existentes, a futura CONCESSIONÁRIA deverá elaborar requerimento demonstrando comprovação do atendimento às exigências estabelecidas na LI e nas demais autorizações obtidas (ASV, Autorização para Manejo de Fauna etc.), nos casos dos EMPREENDIMENTOS a seu cargo.
- 13.10. Uma vez obtida a LO, a CONCESSIONÁRIA deverá atender a todas as condicionantes, que incluirá, dentre outros produtos técnicos e obrigações, os relatórios anuais do Programa Ambiental da Operação do EMPREENDIMENTO, informando os procedimentos realizados para mitigação de impactos e atendimento à legislação vigente.
- 13.11. Os documentos digitais dos processos de licenciamento com avaliação de impacto ambiental deverão ser protocolizados no Sistema Eletrônico e-ambiente”, conforme instruções estabelecidas na Decisão De Diretoria Nº 247/2017/I, de 28 de agosto de 2017.

#### **14. AUTORIZAÇÕES PARA ÁREAS DE APOIO**

- 14.1. Para a execução da expansão das LINHAS será necessária a utilização de áreas de apoio, que poderão incluir: canteiros de obras, áreas de empréstimo, depósitos de material excedente (bota-foras), entre outros legalmente estabelecidos.
- 14.2. Usualmente, operacionalizam-se dessas áreas de apoio dentro dos limites da área dos EMPREENDIMENTOS.
- 14.3. Contudo, quando da impossibilidade de aproveitamento dentro dos limites da área dos EMPREENDIMENTOS, torna-se necessária a busca por áreas adicionais, o que demanda, consequentemente, a necessidade de conduzir processos complementares de licenciamento ambiental junto à CETESB e às prefeituras para obtenção de alvará de autorização para canteiro

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

de obras, além de anuências do DAEE.

**15. AUTORIZAÇÕES PARA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO (ASV) E INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)**

15.1. As legislações federal e estadual preveem a necessidade de autorização do órgão ambiental competente nos casos de supressão de vegetação nativa no Bioma Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/2006, artigo 14, §1º e art. 25). A intervenção em APP é permitida em casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto, conforme preconiza o art. 8º da Lei Federal nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), e depende de autorização do órgão ambiental competente, conforme disposto nos artigos 1º e 2º da Resolução CONAMA nº369/2006.

15.2. No âmbito estadual, o corte de árvores nativas isoladas também necessita da autorização da CETESB, conforme determina o artigo 1º da Decisão de Diretoria Nº 287/2013/V/C/I. A CETESB estabelece como documentação necessária para a abertura da solicitação<sup>1</sup>, além dos documentos relativos à propriedade, os seguintes:

- i. Planta Planialtimétrica em escala compatível contendo a demarcação da(s) área(s) objeto de supressão da vegetação nativa, a demarcação das árvores nativas isoladas indicadas para supressão, das espécies vegetais especialmente protegidas, das áreas especialmente protegidas (APP, Reserva Legal, Área Verde etc.), das áreas objeto de compensação/recuperação, contendo legenda que as diferenciem e compatível com o Laudo de Caracterização da Vegetação, assim como a demarcação dos corpos d'água, caminhos, estradas, edificações existentes e a construir, confrontantes, coordenadas geográficas ou UTM e indicação do DATUM horizontal;
- ii. Laudo de Vegetação, contendo identificação dos estágios de desenvolvimento da vegetação nativa, identificação das árvores isoladas, medidas compensatórias para realização da obra e fotografias atuais;
- iii. ART do profissional habilitado;
- iv. Laudo de Fauna, conforme Decisão de Diretoria nº 167/2015/C, a qual estabelece "*Procedimento para a Elaboração dos Laudos de Fauna Silvestre para Fins de Licenciamento Ambiental e/ou Autorização para Supressão de Vegetação Nativa*", e dá outras providências. De acordo com o artigo 2º da Decisão de Diretoria nº 167/2015/C, os estudos da fauna silvestre nativa para fins de Licenciamento Ambiental e/ou Autorização para supressão de vegetação nativa serão solicitados nas seguintes condições:

---

<sup>1</sup> A relação de documentos necessários está disponível em: [autorizacao-intervencao-app-listagem-documentos-v3.pdf](http://autorizacao-intervencao-app-listagem-documentos-v3.pdf) ([cetesb.sp.gov.br](http://cetesb.sp.gov.br))



PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

- a. Em áreas urbanas – para supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica:
- Em vegetação primária e secundária em estágio médio ou avançado de regeneração, quando a vegetação a ser suprimida for igual ou superior a 0,2 ha;
  - Em vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, quando a vegetação a ser suprimida for igual ou superior a 1,0 ha e estiver localizada contígua a APP ou conectada com Fragmentos Florestais de vegetação nativa. Entende-se por área contígua quando não houver barreira física tais como edificações e arruamento.
- b. Em áreas rurais – para supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica:
- Quando a vegetação a ser suprimida for igual ou superior a 1,0 ha, independente do estágio sucessional.

## **16. AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA SILVESTRE NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO**

- 16.1. Caso seja necessário realizar levantamento da fauna silvestre *in situ*, em função da necessidade de coletar, apanhar, capturar ou manipular espécies de fauna silvestre nativa durante os levantamentos, deverá ser obtida a Autorização de Manejo *in situ* pelo DeFau, conforme previsto na Resolução SMA nº 92/2014 e Resolução SMA nº 36/2018.
- 16.2. Vale destacar também que, caso seja identificada a necessidade de suprimir vegetação para implantação dos EMPREENDIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar nova autorização do DeFau referente aos trechos sob sua responsabilidade, destinada ao controle das atividades de afugentamento, resgate e soltura de fauna, a serem executadas durante as atividades de supressão de vegetação, considerando o item 15.2, iv.

## **17. OUTORGAS PARA USO E/OU INTERFERÊNCIA EM RECURSOS HÍDRICOS**

- 17.1. De acordo com o artigo 12 da Portaria DAEE nº 1.630/2017, a execução de obras ou serviços que possam alterar o regime, a quantidade e a qualidade de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos depende de outorga. Essas autorizações terão prazo de validade específico, a ser definido pelo órgão em questão.
- 17.2. Conforme o artigo 14 da Portaria mencionada acima, todo empreendimento deve ser precedido de requerimento com informações preliminares sobre os usos e as interferências em recursos hídricos, a ser apresentado pelo responsável legal na respectiva diretoria da bacia hidrográfica,

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

que fará a apreciação do requerimento e das informações e emitirá uma declaração ao interessado sobre a viabilidade da concepção dos usos e das interferências do empreendimento. Empreendimentos já instalados não dependem dessa declaração, cabendo apenas a regularização dos usos existentes.

- 17.3. A CONCESSIONÁRIA deverá atender aos procedimentos previstos nas instruções técnicas da Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização – DPO. Ressalta-se que os procedimentos estão integrados ao processo de licenciamento ambiental, conforme prevê a Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 01/2005.

**18. AUTORIZAÇÕES PARA INTERFERÊNCIA COM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

- 18.1. Conforme estabelecido na Resolução SMA nº 85, de 23/10/2012, nos processos de licenciamento em que possa ocorrer afetação direta em UC ou na sua zona de amortecimento, a autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC, deverá seguir as disposições da Resolução CONAMA nº 428/2010 e da Resolução SMA nº 85/2012.
- 18.2. De acordo com as informações disponíveis na base de dados do Ministério do Meio Ambiente, nenhuma zona de amortecimento ou Unidade de Conservação é interceptada pela Linha 10. A Linha 14 intercepta a unidade de conservação APA da Várzea do rio Tietê e possui trechos adjacentes ao Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo e à APA Parque e Fazenda do Carmo. Para as unidades de conservação supracitadas, devem ser solicitadas as respectivas anuências do órgãos gestores associados (Fundação Florestal de São Paulo, SEMIL e Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente) sobre o empreendimento.

**19. OUTRAS ÁREAS PROTEGIDAS POR LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

- 19.1. Ambas as Linhas 10 e 14 interceptam a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings (APRM-B). Nessas áreas de sobreposição, deverão ser observadas as exigências estabelecidas na Lei Estadual nº 13.579/2009, sobretudo no que concerne às áreas de restrição à ocupação.

**20. AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES A NÍVEL FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL**

- 20.1. Conforme previsto na Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015, que revogou a Portaria IPHAN nº 230/2002, este Instituto deverá ser acionado para se manifestar nos processos de licenciamento ambiental quanto à viabilidade do EMPREENDIMENTO cuja AID intervir em bens culturais acautelados (bens tombados, arqueológicos, registrados e valorados).

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

- 20.2. Dessa forma, quando do processo de licenciamento ambiental, a CONCESSIONÁRIA deverá consultar o IPHAN, por meio do preenchimento da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) ou documento equivalente, e apresentação de documentos técnicos necessários conforme instrução normativa IPHAN nº 001/2015 e demais exigências e procedimentos estabelecidos pelo órgão.
- 20.3. O EMPREENDIMENTO será enquadrado em Níveis de acordo com o previsto nos anexos I e II da referida instrução normativa, conforme sua tipologia e características, por meio de indicação na FCA e posterior manifestação conclusiva do IPHAN que orientará os procedimentos seguintes.
- 20.4. Os EMPREENDIMENTOS, a priori, poderão ser classificados como Nível I, Nível II ou NA (não se aplica).
- 20.5. Para EMPREENDIMENTOS classificados como “Não se aplica – NA”, a priori, o IPHAN não exigirá a aplicação desta Instrução Normativa, sem prejuízo da incidência da Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.
- 20.6. O Nível I corresponde a empreendimentos de baixa interferência sobre as condições vigentes do solo, localizados em áreas alteradas, não coincidentes com sítios arqueológicos cadastrados, e o Nível II considera que as atividades construtivas serão de baixa e média interferência sobre as condições vigentes do solo e cujas características e dimensões são compatíveis com a adoção de ajustes ou medidas preventivas em campo.
- 20.7. Para o Nível I, o procedimento exigido é somente a apresentação de TCE, conforme artigo 15 da Instrução Normativa nº 001/2015.
- 20.8. Já para o Nível II, as etapas exigidas estão listadas a seguir:
- 20.8.1. Fase de Obtenção da LP:
- i. Preenchimento da FCA e do TCE;
  - ii. Atendimento aos estudos necessários ao Licenciamento definidos em TRE emitido pelo IPHAN;
  - iii. Apresentação do Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados (se o TRE exigir); e
  - iv. Apresentação do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.
- O IPHAN analisará os Relatórios de Impacto aplicáveis e encaminhará

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

manifestação conclusiva para o órgão ambiental responsável (CETESB) favorável (ou não) à emissão da LP, sendo que esta LP poderá incluir eventuais condicionantes apontadas na manifestação do IPHAN.

**20.8.2. Fase de Obtenção da LI:**

- i. Apresentação do Programa de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados (se exigido); e
- ii. Apresentação do Pedido de Autorização de Acompanhamento Arqueológico.
  - O IPHAN analisará o Programa e o Pedido de Autorização e emitirá a Autorização de Acompanhamento Arqueológico. Além disso, encaminhará manifestação conclusiva ao órgão ambiental favorável (ou não) à emissão da LI, sendo que esta poderá incluir eventuais condicionantes apontadas na manifestação do IPHAN.

**20.8.3. Fase de Obtenção da LO:**

- i. Apresentação do Relatório de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados (se exigido); e
- ii. Apresentação do Relatório de Acompanhamento Arqueológico.
  - Mais uma vez, o IPHAN analisará os relatórios que foram elaborados durante a fase de obras e encaminhará, posteriormente, a manifestação conclusiva ao órgão ambiental favorável (ou não) à emissão da LO, encerrando o processo de licenciamento.

20.9. Para intervenção de bens protegidos em nível estadual ou municipal, os órgãos competentes deverão ser consultados para emissão de autorizações necessárias.

**21. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO EM BENS TOMBADOS E ÁREAS ENVOLTÓRIAS**

21.1. Considerando a extensão planejada das LINHAS, foram identificados 32 patrimônios culturais e bens patrimoniais tombados pelo IPHAN, CONPRESP e CONDEPHAAT que serão potencialmente interceptados pela linha planejada e que estariam localizados em um raio de até 300m do traçado<sup>2</sup>, portanto, seriam potencialmente interceptados. A indicação destes culturais e bens patrimoniais consta do do APENSO 1 Foram identificados três sítios arqueológicos na área do

---

<sup>2</sup> Considerado a partir da definição da Lei Estadual nº 13.426 de 1979, que define um raio de 300 metros a partir do bem tombado como área envoltória, protegendo toda a mancha urbana criada por essa poligonal.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

traçado (Sítio Luz, Seminário Episcopal e Nova Luz).

- 21.2. Considerando a extensão planejada da LINHA 14, foram identificados 03 patrimônios culturais e bens patrimoniais tombados pelo IPHAN, CONPRESP e CONDEPHAAT que estariam localizados em um raio de até 300m do traçado<sup>2</sup>, portanto, seriam potencialmente interceptados. A indicação destes culturais e bens patrimoniais consta do item 2.3 do APENSO 1. Foram identificados dois sítios arqueológicos na área do traçado (Capela de São Miguel e São Miguel Paulista 1).
- 21.3. Os bens tombados nas LINHAS não se limitam àqueles identificados no APENSO 1. Por parte da CONCESSIONÁRIA, no âmbito municipal, será necessária a instrução de processo de consulta e análise junto ao CONPRESP, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, em razão de possíveis intervenções em bens municipais tombados.
- 21.4. Por parte da CONCESSIONÁRIA, no âmbito estadual, será necessária a instrução de processo de consulta e análise junto ao CONDEPHAAT, vinculado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, em razão de possíveis intervenções em bens municipais tombados.
- 21.5. Por parte da CONCESSIONÁRIA, no âmbito federal será necessária a instrução de processo de consulta e análise junto ao IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura, em razão de possíveis intervenções em bens municipais tombados.
- 21.6. Para intervenções que estejam em área envoltória de bem tombado, a CONCESSIONÁRIA também deverá solicitar autorização do órgão responsável pelo tombamento, nas esferas federal, estadual e municipal.
- 21.7. Adicionalmente, considerando o dinamismo dos processos de tombamento, é importante que a CONCESSIONÁRIA realize consultas junto aos órgãos de preservação, nas esferas federal, estadual e municipal, para verificação de eventuais bens que tenham sido recentemente tombados.

## **22. MANIFESTAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS**

- 22.1. As Prefeituras dos municípios interceptados pelas (Guarulhos, São Paulo, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), deverão ser consultadas pela CONCESSIONÁRIA no processo de licenciamento ambiental, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 237/1997, considerada na esfera estadual por meio da Resolução SMA nº 22/2009.
- 22.2. Dessa forma, ainda na fase de Licenciamento Ambiental Prévio, conforme previsto no artigo 1º da Resolução SMA nº 22/2009, o processo de licenciamento deverá apresentar à CETESB as Certidões de Uso e Ocupação do Solo emitidas pelas prefeituras, declarando que o local e o tipo

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

de empreendimento estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo.

- 22.3. Além disso, o artigo 5º da Resolução SMA nº 22/2009 citada, estabelece que o exame e manifestação técnica pelos órgãos municipais, relativo aos impactos ambientais do empreendimento (referido no parágrafo único do artigo 5º da Resolução CONAMA nº 237/1997), deverá obrigatoriamente anteceder os pareceres técnicos exarados pelo órgão licenciador na fase de LP, e quando couber nas fases de LI e LO.
- 22.4. Nos casos em que a Prefeitura Municipal não possuir corpo técnico capacitado para elaborar o exame técnico supracitado, deverá emitir documento declarando tal impossibilidade, consignando a data de sua emissão e vigência.
- 22.5. Em alguns municípios existe legislação municipal que prevê a apresentação de EIV/Relatório de Impacto de Vizinhança, conforme estabelecido em legislação específica, e dependendo da obra caberá ao município solicitar uma avaliação dos impactos de vizinhança locais.

### **23. DIRETRIZES DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

- 23.1. Outro aspecto importante relacionado ao licenciamento ambiental diz respeito às compensações ambientais exigidas pela legislação. Dessa forma, deve-se considerar 2 (dois) tipos de compensação, em decorrência dos impactos ambientais que não são passíveis de prevenção, controle e mitigação, os quais estão listados a seguir:
- i. Compensação relacionada a empreendimentos de significativo impacto ambiental, licenciados por meio de EIA/RIMA; e
  - ii. Compensação relacionada à supressão de vegetação e interferência em APP e corte de árvores isoladas.
- 23.2. As obras previstas no CONTRATO são, potencial ou efetivamente, causadoras de significativa degradação do meio ambiente, ou seja, serão licenciadas em processos instruídos por meio de EIA/RIMA. Nesses processos, a Lei Federal nº 9.985/2000 (artigo 36) estabelece mecanismo de compensação ambiental mediante apoio para implantação e/ou manutenção de UC do grupo de proteção integral. Regulamentado pelo Decreto Federal nº 6.848/2009, o mecanismo se baseia na definição do grau de impacto nos ecossistemas, podendo resultar em valores de compensação que variam de 0 a 0,5% do valor do investimento, excluindo-se valores referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento.
- 23.3. No ESTADO, conforme disposto na Resolução SMA 24/12, a Câmara de Compensação Ambiental, tem por objetivo analisar e propor a aplicação e o destino dos recursos provenientes da

PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS

compensação ambiental de empreendimentos e atividades cujo licenciamento esteja condicionado à apresentação e aprovação de EIA/RIMA.

- 23.4. No que tange à compensação pela supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas nativas e interferências em APP, os parâmetros para cálculo da estimativa do plantio compensatório das obras de melhoria devem considerar as diretrizes previstas na Resolução SMA nº 07/2017, a qual dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental em decorrência da supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e intervenção em áreas de preservação permanente no Bioma Mata Atlântica.
- 23.5. A Resolução SMA nº 07/2017 determina, em seu artigo 3º, que os parâmetros de compensação serão definidos conforme os critérios apresentados no mapa e na tabela das “*Áreas prioritárias para restauração da vegetação nativa*”. Com isso, a depender do enquadramento de cada trecho de intervenção do empreendimento pretendido, o fator de compensação por supressão de vegetação e/ou intervenção em áreas de preservação permanente pode variar de 1,25 a 6 vezes a área autorizada. Já pelo corte de árvores nativas isoladas, o fator de compensação pode variar de 10:1 a 30:1, a depender do enquadramento das intervenções.
- 23.6. Para alguns dos municípios interceptados pelas LINHAS, foi identificada legislação que estabelece os parâmetros e fatores que devem ser aplicados para a compensação, conforme apresentado nos itens a seguir. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar oportunamente nova pesquisa de legislação municipal para averiguar a existência de novas leis sobre o tema.
- 23.6.1. São Paulo – Decreto nº 37.821/1999 - Institui o Programa São Paulo Verde; dispõe sobre o plantio, a adoção de árvores já plantadas, a conservação e a proteção de árvores em logradouros públicos.
- 23.6.2. São Paulo – Decreto nº 53.889/2013 – Regulamenta o Termo de Compromisso Ambiental - TCA.
- 23.6.3. São Paulo - Portaria SVMA Nº 61/11 - Publica Lista de Espécies Arbóreas Nativas do Município de São Paulo para Termos de Ajustamento de Conduta e Projetos de Recuperação Florestal, de Enriquecimento Florístico, paisagísticos, de Compensação Ambiental, entre outros que exijam plantio de espécies arbóreas nativas.
- 23.6.4. São Paulo - Portaria SVMA nº 130/13 - Disciplina critérios e procedimentos de compensação ambiental - manejo, por corte, transplante ou intervenção ao meio ambiente. Define as regras, critérios e procedimentos de compensação ambiental referente a supressão ou manejo de vegetação no município de São Paulo.
- 23.6.5. Guarulhos - Decreto nº 34.633/2017 - Dispõe sobre os critérios e procedimentos de compensação ambiental pelo manejo de espécies arbóreas por poda, corte,

**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

transplante ou qualquer outra intervenção ao meio ambiente, disciplina as infrações ambientais e sanções administrativas pelo não atendimento do presente instrumento, e dá outras providências.

- 23.6.6. Guarulhos - Portaria nº 19/2010 - Determina os critérios a serem adotados nas compensações ambientais quanto à conversão do plantio e/ou replantio e manutenção por um período mínimo de 2 anos, por insumos e serviços a serem doados à SM.
- 23.6.7. Mauá - Decreto nº 8193/2016 - Dispõe sobre compensação ambiental pela supressão de árvores e intervenção em área de preservação permanente (APP), instituindo ônus para o interessado, a ser definido por ocasião do licenciamento ambiental dos empreendimentos que causem significativo impacto no meio ambiente, bem como para a efetiva reparação de prejuízo ambiental específico causado por atividade ou empreendimento desenvolvido ou a ser desenvolvido.
- 23.6.8. Ribeirão Pires – Decreto nº 6.939/2019 - Estabelece normas, critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental municipal de atividades de impacto local, compreendendo intervenções em vegetação e em áreas ambientalmente protegidas, atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, sob qualquer forma, possam causar degradação do meio ambiente.
- 23.6.9. Rio Grande da Serra – Lei nº 2.332/2019 - Dentre outras disposições, estabelece a compensação ambiental como um instrumento de gestão ambiental do município.
- 23.6.10. Rio Grande da Serra – Lei nº 2.316/2019 - Dispõe sobre o Licenciamento e procedimentos ambientais, prevendo critérios para a compensação de supressão vegetal para implantação de empreendimentos. Estabelece, também, a lógica de cálculo da reposição mediante ao número de exemplares arbóreos isolados a serem suprimidos.
- 23.6.11. Santo André - Lei Municipal 9.789/2015 – Dispõe sobre a forma de compensação decorrente do pedido de autorização e licenciamento ambiental, a reparação ambiental decorrente de infração ambiental em Santo André e cria o Grupo Técnico de Compensação Ambiental.
- 23.6.12. São Bernardo do Campo – Decreto nº 20.366/2018 - Dispõe sobre as compensações ambientais aplicáveis aos procedimentos de autorização de intervenção em vegetação de porte arbóreo e em Área de Preservação Permanente (APP). Este Decreto estabelece formas e parâmetros de compensação ambiental aplicáveis aos casos de autorização de intervenção em vegetação e de intervenção em Áreas de Preservação



**PROCESSO SPI nº [●]/[●]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]  
PPP LOTE ABC GUARULHOS**

Permanente, emitidas pela Secretaria de Gestão Ambiental.

23.6.13. São Caetano do Sul – Lei nº 5.760/2019 - Institui o Plano de Arborização Urbana do município, que legisla, dentre outros temas, sobre a supressão e compensação de árvores. A lei estabelece a competência e os critérios para supressão e compensação de árvores, além de versar especificamente sobre supressão em propriedade particular e em vias e logradouros públicos.

**LISTA DE APENSOS**

APENSO 1 – CADERNO TÉCNICO DE LICENÇAS AMBIENTAIS DOS SERVIÇOS

APENSO 2 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL E SOCIAL (ESIA)

APENSO 3 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS

APENSO 4 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO

APENSO 5 – ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL E SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA – RAAS